

1 **Comissão Intergestores Bipartite de Assistência Social de Santa Catarina (CIB-**
2 **SC-AS).** Aos vinte e nove dias do mês de maio de dois mil e dezenove, às treze horas
3 e trinta minutos, no Hotel Internacional de Canasvieiras, Rua Madre Maria Vilac, 2020,
4 Canasvieiras, Florianópolis-SC, CEP: 88054-001, realizou-se a reunião plenária
5 ordinária da Comissão Intergestores Bipartite da Assistência Social (CIB-AS-SC) com a
6 presença dos membros: representantes da Secretaria de Estado da Assistência Social,
7 Trabalho e Habitação (SST/SC): Maria Elisa da Silveira de Caro (titular e Coordenadora
8 da CIBSC); Sandra Regina Coimbra da Silva (titular e Diretora de Assistência Social),
9 Luciane Natalícia dos Passos (titular e Gerente de Gestão do Sistema Único de
10 Assistência Social), e representantes do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de
11 Assistência Social (COEGEMAS/SC): Magno Rafael de Borba Muñoz (titular e
12 Presidente do COEGEMAS); Vagner Ferreira de Oliveira (titular e Secretário Municipal
13 de Assistência Social de Joinville/SC), Sandra Pinheiro (titular e Secretária Municipal de
14 Assistência Social de Joaçaba/SC) Wilson Alexandre Mello (Suplente e Secretário
15 Municipal do Município de Santo Amaro Imperatriz/SC), Maria Cláudia Goulart da Silva
16 (titular e Secretária Municipal de Assistência Social de Florianópolis/SC), Santiago
17 Martin Navia (Suplente e Secretário Municipal do Município de Gaspar/SC). Ainda
18 estavam presentes gestores e técnicos municipais, representantes da câmara técnica,
19 secretarias regionais, associações de municípios, conselhos e o Presidente do
20 Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) Roque Heitor Gonçalves. Suzy
21 Cristina Rodrigues Secretária da CIB-AS-SC realizou a chamada de composição da
22 mesa. Em seguida com a palavra, a Coordenadora da CIBSC saudou a todos (as).
23 Com a palavra o Presidente do COEGEMAS Magno saudou a todos (as). A
24 coordenadora da CIB e o presidente do COEGEMAS reafirmaram a importância da
25 Política Nacional de Assistência Social (PNAS), e a união de todos (as) para a
26 superação das crises e busca de soluções para essa Política Pública. **1º Verificação**
27 **da presença e da existência de quorum:** sendo constatada a existência de quórum,
28 conforme o Regimento Interno da CIB-AS-SC, foi possível prosseguir os trabalhos de
29 acordo com a ordem do dia. **2º Apresentação, apreciação e aprovação da ordem do**
30 **dia.** A ordem do dia foi aprovada pelo Plenário. **3º Apreciação e aprovação da ata da**
31 **reunião anterior:** A Diretora de Assistência Social comunicou que por motivo da
32 Secretaria Executiva da CIB ter estado de licença prêmio e férias nos meses de abril e
33 maio a Ata nº 02/2019 da reunião ordinária não foi concluída. Sendo que os
34 encaminhamentos da reunião plenária de 21 de março foram encaminhados por e-mail
35 no dia 29 de março de 2019 aos membros da CIB. Acordou-se que na próxima Plenária
36 (27/06/19) a Ata nº 02/2019 será submetida ao Plenário para aprovação. Na
37 oportunidade foi entregue a gravação da plenária de 21 de março ao presidente do
38 COEGEMAS pelo termo de entrega de gravação n 001/2019. **4º Correspondências**
39 **recebidas e expedidas:** As correspondências expedidas e recebidas foram enviadas
40 por e-mail, com antecedência, aos Representantes da CIB e a relação está disponível
41 na presente reunião para consulta e será disponibilizado o arquivo no link da CIB

42 <http://www.sst.sc.gov.br/index.php/institucional/cib>. **5º Pactuação de matérias. Serviço**
43 **de Família Acolhedora para Pessoas Idosas e com Deficiência:** Com a palavra o
44 Promotor de Justiça Dr. Douglas informou que faz parte do Grupo de Trabalho (GT)
45 sobre a Família Acolhedora para Pessoas Idosas e com Deficiência há um mês, sendo
46 que o Grupo de trabalho existe há um ano instituído pela iniciativa da Promotora de
47 Justiça Dra. Ariadine Clarissa Klein Sartori (Coordenadora do Centro de Apoio
48 Operacional de Direitos Humanos e Terceiro Setor; participaram do GT os Conselhos
49 dos Idosos e da Pessoa com Deficiência; a Secretaria de Assistência Social, Trabalho e
50 Habitação (SST) e a Federação Catarinense de Municípios (FECAM). Explicou o Dr.
51 Douglas que o serviço de atendimento desses usuários da PNAS visa a garantia do
52 atendimento, convivência em família e vivência na comunidade. Ainda comunicou Dr.
53 Douglas que a proposta trata-se de uma iniciativa inovadora do GT, resultando como
54 produto dos trabalhos o Projeto de Lei e o Manual de Procedimentos sobre a Família
55 Acolhedora para Pessoas Idosas e com Deficiência; na semana passada a servidora da
56 SST Camila Nélsis Magalhães e a Assistente Social da FECAM Janice Merigo
57 realizaram uma explanação sobre o tema no MPSC; nos municípios de Xanxerê e
58 Chapecó foram feitos projetos pilotos – os quais foram avaliados e serviram como
59 modelo para essa proposta; o objetivo é que o Programa Família Acolhedora para
60 Pessoas Idosas e com Deficiência seja um serviço complementar; informou Dr.
61 Douglas que a FECAM irá disponibilizar os materiais aos municípios. Com a palavra a
62 servidora da Gerência de Proteção Social Especial Camila Nélsis Magalhães, que
63 participou do Grupo de Trabalho sobre a Família Acolhedora para Pessoas Idosas e
64 com Deficiência, realizou a apresentação da proposta. O Plenário não realizou a
65 pactuação e solicitou que a proposta seja analisada pela Câmara Técnica da CIB-AS-
66 SC. O Plenário acordou que se a Câmara Técnica da CIB conseguir analisar a proposta
67 será apresentada na plenária de 27 de junho, caso não seja possível, será analisada na
68 plenária de agosto. **6º Matérias de Discussão. Cofinanciamento 2019:** Com a palavra
69 a coordenadora da CIB retomou as informações das plenárias anteriores sobre o
70 cofinanciamento em junho serão quitados os restos a pagar a última parcela no valor
71 de R\$ 2.107.000,00 (dois milhões cento e sete mil reais) da fonte 261 que tem um
72 saldo de R\$ 393.000,00 (trezentos e noventa e três mil reais) da fonte 261 R\$ 5.393,00
73 (cinco mil trezentos e noventa e três mil reais); Santa Renda R\$ 6.000.000,00 (seis
74 milhões de reais), desta forma em julho serão pactuados R\$ 11.393.000,00 (onze
75 milhões trezentos e noventa e três mil reais). Maria Elisa comunicou que a SST/SC
76 pagou o valor de R\$ R\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais) referentes as
77 dívidas adquiridas em gestões passadas (incluindo o cofinanciamento), pois a sua
78 gestão pretende construir junto com os atores da Política de Assistência Social um
79 futuro robusto e justo aos cidadãos e aposta no diálogo para conseguir essa meta.
80 Solicitou Maria Elisa a compreensão de todos devido a ter herdado os entraves
81 ocasionados nas gestões passadas como, por exemplo, dívidas, a rotatividade de
82 Gestores na SST e outras situações.O SMAS de Santo Amaro da Imperatriz retomou a

83 informação dos recursos da Assistência Social lembrando da fonte 033 da SST e que
84 os recursos pactuados em 2018 ficaram em restos a pagar. Solidarizou-se com a
85 coordenação da CIB, lembrando que os Gestores Municipais de Assistência Social vem
86 há anos enfrentando dificuldades financeiras para executar a PNAS – não sendo mais
87 possível realizar os serviços socioassistenciais dessa maneira, e como o serviço
88 público deve ter continuidade os assuntos pendentes de gestões passadas devem ser
89 tratados com a nova gestão. Acrescentou que a Lei das Diretrizes Orçamentárias
90 (LDO) está sendo elaborada e se deve dar atenção na sua composição quanto as
91 ações da Assistência Social e os valores destinados, pois a legislação prevê que a
92 União, os Estados e os Municípios tem suas responsabilidades perante a PNAS, porém
93 as responsabilidades em sua grande maioria estão recaindo sobre os municípios, a
94 exemplo a proposta da Lei sobre a Família Acolhedora para Pessoas Idosas e com
95 Deficiência, onde as despesas do serviço recairão sobre os municípios e que o
96 COEGEMAS irá manifestar-se sobre proposta da Lei sobre a Família Acolhedora para
97 Pessoas Idosas e com Deficiência, como também a irá solicitar a supervisão das ações
98 do Estado sobre a PNAS ao Ministério Público de Santa Catarina (lembrando que há
99 dois Promotores de Justiça participando da Plenária). Enfatizou que não dá mais pra
100 continuar os serviços públicos da Assistência Social do jeito que está!!! É preciso que
101 os procedimentos da PNAS ocorram como tem que acontecer e respeite os cidadãos
102 menos favorecidos!!! Com a palavra o SMAS de Gaspar, Santiago Martin Navia,
103 apontou que nesta Plenária estão presentes instituições SST; COEGEMAS; CEAS e
104 COAS (Colegiado Estadual de Assistência Social); FECAM E MPSC que tratam da
105 PNAS, lembrou que os problemas que chegam aos Secretários (as) Municipais de
106 Assistência Social são relativos a violência contra as mulheres; crianças e
107 adolescentes; idosos; pessoas com deficiência; pessoas em situação de rua. Exemplo:
108 se pegar fogo em uma casa, a família ficou sem moradia; morreu alguém, auxílio
109 natalidade e passagem; todos os acolhimentos, desastres e outras situações são
110 atendidas pela Assistência Social. Explicou que a saúde e a defesa civil possuem
111 recursos, porém nada podem fazer, a Assistência Social que tem o papel de prestar o
112 serviço público – mas não possui recursos suficientes. Clamou pela atenção da
113 Secretária de Estado da Assistência Social e dos Promotores do MPSC João e Douglas
114 sobre a necessidade de recursos para os serviços de socioassistenciais, pois apenas
115 com humanidade e boa vontade não é possível efetivar esses serviços. Observou a
116 necessidade e importância da aprovação da Lei do Fundo Estadual de Assistência
117 Social (FEAS) para a efetivação e garantia da PNAS, sugerindo percentuais gradativos
118 para a flexibilização da aprovação da Lei do FEAS. Informou que este ano (2019) o
119 orçamento do FEAS é de R\$ 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de reais), para a
120 SST R\$ 117.000.000,00 (cento e dezessete milhões de reais) e serão repassados aos
121 municípios R\$ 11.393.000,00 (onze milhões trezentos e noventa e três mil reais), no
122 entanto os municípios precisam de garantia de repasse de recursos para prestar os
123 serviços socioassistenciais – a aprovação da Lei do FEAS irá dar essa garantia aos

124 municípios. De posse da palavra, a Diretora de Assistência Social lembrou da
125 necessidade e importância do preenchimento do questionário sobre os custos dos
126 equipamentos, cuja análise servirá de subsídio para a tomada de decisão pelo Governo
127 do Estado. Informou Sandra que esteve, junto com o Presidente do CEAS, em um
128 evento sobre a Assistência Social em Vitória e o Estado de Santa Catarina está
129 devendo a Lei do FEAS e Lei do SUAS. Comunicou Sandra que a Gerente de Gestão
130 do SUAS, Luciane Passos, está levantando alternativas para complementar o projeto
131 de Lei do SUAS. Vagner SMAS de Joinville compartilhou as dificuldades enfrentadas
132 frente a esta pasta, informou que as demandas chegam a todo o momento e ele junto
133 com a sua equipe tem de dar conta diante de todos os obstáculos e falta de recursos.
134 Desabafou Vagner que diante desses obstáculos tem medo da ação do MPSC, por não
135 estarem informados sobre os procedimentos e dificuldades dos Gestores (as) da
136 Assistência Social. Apontou que a Assistência Social não deve acreditar que é invisível,
137 reconhece e incentiva o protagonismo do trabalho da sua equipe e parabenizou todos
138 (as) os (as) trabalhadores (as) do SUAS. Informou que em 2018 a SMAS de Joinville
139 destinou para a Assistência Social da Fonte 100 R\$ 36.000.000,00 (trinta e seis
140 milhões de reais) e o aporte do Fundo Municipal de Assistência Social de R\$
141 7.000.000,00 (sete milhões de reais); em 2018 o Estado destinou R\$ 200.000,00
142 (duzentos mil reais) para o Centro DIA (serviços de Proteção de Média Complexidade)
143 em Joinville, sendo que o valor dos custos do equipamento é de R\$ 40.000.000,00
144 (quarenta milhões de reais). Propõe Vagner que se busque alternativas de
145 enfrentamento (não de conflito) para a efetivação da PNAS; sugeriu a retomada do
146 diálogo com a Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC). Lembrou ainda, a
147 fala do Governador do Estado, Carlos Moisés da Silva, quando era candidato ao
148 Governo do Estado, sobre a promessa de trabalhar nas demandas das pessoas em
149 situação de vulnerabilidade – idosos; crianças e adolescentes; mulheres; pessoas com
150 deficiência e outras. Comunicou que o COEGEMAS tentou agendar reunião para
151 tratarem das demandas sociais com o Governador, mas até o momento não conseguiu.
152 Desabafou Vagner que os (as) Gestores (as) e os (as) trabalhadores (as) da
153 Assistência Social não podem aceitar essa situação, lembrando que a Educação
154 realizou recentemente uma mobilização nacional e recebeu aporte financeiro. Por fim
155 parabenizou a Diretora de Assistência Social pela iniciativa de dados e informações por
156 meio do questionário de levantamento de custos dos equipamentos de Assistência
157 Social e externou o seu desejo de conversar junto com o COEGEMAS com o
158 Governador do Estado a respeito da PNAS. Maria Eunice, Coordenadora da Câmara
159 Técnica da CIB, solicitou que a DIAS esclareça melhor aos municípios sobre os dados
160 pois influenciam nos pisos do cofinanciamento dos Centro de Referência de Assistência
161 Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS),
162 referentes ao questionário de levantamento dos custos dos equipamentos. Sandra
163 esclareceu que o objetivo desse levantamento é obter informações para estabelecerem
164 os pisos de cofinanciamento, incluindo a Proteção Social Especial na Gestão. Camila

165 servidora da DIAS informou que em reunião passada da CIB foi solicitado que os
166 municípios que possuem equipe de Proteção Social Especial na Gestão preenchessem
167 o Registro Mensal de Atendimento (RMA) do CREAS e enviem mensalmente a DIAS.
168 **7º Informes:** Foram realizados os informes pela Diretora de Assistência Social, os
169 quais foram enviados previamente por e-mail aos representantes da CIB-AS-SC e
170 podem ser consultados no link <http://www.sst.sc.gov.br/index.php/institucional/cib>. O
171 Promotor de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) Dr. João Luiz de
172 Carvalho Botega apresentou a Campanha de Combate à Violência e Exploração
173 Sexual Infantojuvenil disponível no link [https://www.mp.sc.br/noticias/mpsc-promove-](https://www.mp.sc.br/noticias/mpsc-promove-campanha-contr-a-violencia-infantil)
174 [campanha-contr-a-violencia-infantil](https://www.mp.sc.br/noticias/mpsc-promove-campanha-contr-a-violencia-infantil). **8º Encaminhamentos:** O Presidente do
175 COEGEMAS sugeriu a formação de um grupo de estudos para apurar as demandas e
176 os custos dos serviços socioassistenciais a fim de reforçar e subsidiar o pleito junto ao
177 Governo de Santa Catarina e a Secretaria da Fazenda (SEF). A Coordenadora da CIB
178 ressaltou a importância dos estudos para a tomada de decisão sobre a PNAS e o pleito
179 junto ao Governo do Estado e a SEF. Vagner apontou a importância do MPSC
180 acompanhar os procedimentos do Estado em relação a PNAS e solicitou a retomada do
181 diálogo com a Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC). **9º Encerramento:**
182 Maria Elisa da Silveira de Caro, Sandra Regina Coimbra da Silva e os demais
183 representantes do plenário agradeceram a presença de todos (as) e desejaram um
184 bom retorno. Nada mais havendo a tratar, eu Suzy Cristina Rodrigues – Secretária
185 Executiva da CIBSC, lavrei a presente Ata, cuja gravação encontra-se nos arquivos da
186 Secretaria Executiva da CIB-AS-SC.